



ESCRAVOS NO SÉCULO XXI

Calcula-se que mais de 160 000 brasileiros trabalhem em condições deploráveis — e o Brasil, que já foi exemplo mundial de combate a essa chaga, está ficando cada vez pior em razão da escassez de verbas para as equipes de fiscalização

JENNIFER ANN THOMAS, de Monção, no Maranhão, e Barras, no Piauí

Os 48 retratos ao lado formam uma galeria que o país não gosta de ver. São vários Antônio, vários Franciscos, vários José e uma Vicentina, que dão carne e osso a um grande drama brasileiro: o trabalho em condições análogas às de escravidão. Sim, todas essas pessoas foram escravizadas — em pleno século XXI. Enredadas em dívidas impagáveis, manipuladas pelos patrões e submetidas a situações deploráveis no trabalho, elas chegaram a beber a mesma água que os porcos e algumas sofreram a humilhação máxima de ser espancadas, para não falar de constantes ameaças de morte. Quando os livros escolares informam que a escravidão foi abolida no Brasil em 13 de maio de 1888, há exatos 130 anos, fica faltando dizer que se encerrou a escravidão negra — e que, ainda hoje, a escravidão persiste, só que agora é multiétnica.

Estima-se que atualmente 160 000 brasileiros trabalhem e vivam no país em condições semelhantes às de escravidão — ou seja, estão submetidos a trabalho forçado, servidão por meio de dívidas, jornadas exaustivas e circunstâncias degradantes (em relação a moradia e alimentação, por exemplo). Comparada aos milhões de africanos trazidos para o país para trabalhar como escravos, a cifra atual poderia indicar alguma melhora, mas abrigar 160 000 pessoas escravizadas é um escândalo humano de proporções épicas. Em 1995, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu oficialmente a continuidade daquele crime inclassificável — e criou uma comissão destinada a fiscalizar o trabalho escravo. O pior é que, em vez de melhorar, a situação está ficando mais grave.

O país caminhava razoavelmente bem no combate à prática escabrosa até 2013, quando o número de ações

FOTOS: JONNE RÖNIZ

de fiscalização começou a cair drasticamente. Naquele ano houve verba para 185 autuações contra o trabalho escravo. Em 2014, registrou-se queda de 14%, com 160. Em 2015, foram 155. Um ano depois, 106. No ano passado, realizaram-se somente 88 fiscalizações, e todas de menor porte em relação às executadas anteriormente. Em 2017, 341 trabalhadores foram resgatados. A queda no número de autuações seria uma notícia alvissareira se não representasse, na verdade, o contrário do que se imagina: não é a escravidão que está retrocedendo, é o dinheiro para fiscalizá-la que está minguando.

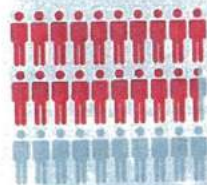
Em agosto do ano passado, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública contra a União para garantir verba mínima até o fim de 2017, diante da ameaça de paralisação total das atividades. O chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), André Roston, afirmou que o departamento tinha então menos de 7000 reais em caixa. O valor médio de uma única ação gira em torno de 60 000 reais. Em outubro, Roston foi exonerado, porque incomodava. Entre ex-colegas, circula a versão de que Roston era “dedicado demais” à defesa do conceito de escravidão e permanentemente atento aos abusos. Para funcionários do Detrae ouvidos por VEJA, a falta de verbas é resultado de uma dupla razão. O combate à escravidão não rende votos em eleições. E a bancada governista nunca escondeu seus laços com ruralistas, parte dos quais se habituou a usar mão de obra em situação deplorável.

É o caso de Sebastião Cunha, de 48 anos, e seu filho Geovane, de 25. Eles vivem em Monção, município de 30 000 habitantes, a 300 quilômetros de São Luís, capital do Maranhão. Começaram a trabalhar na roça da família aos 9 anos, idade na qual os meninos da região costumam cair na labuta. Nela permaneceram até o fim da

EM SITUAÇÃO DEPLORÁVEL

Estima-se que, no Brasil, haja mais de 160 000 trabalhadores em condições análogas às de escravidão. Confira o perfil desses indivíduos

95%
são do sexo masculino



65%
identificam-se como pardos ou negros

32%
são analfabetos



75%
trabalham no setor agropecuário

22%
nasceram no Estado do Maranhão (origem da maior parte da mão de obra ilegal)



59%
dos que chegam a ser resgatados pelas autoridades voltam a trabalhar nas mesmas condições



adolescência, quando saíram em busca de emprego fora de casa. A partir daí, ao trocarem o serviço doméstico pelo mercado, viram-se obrigados a se sujeitar ao regime escravocrata. “Pela falta de oportunidades, sempre aceitei qualquer coisa que apareceu na terra dos outros”, conta o pai.

Até 2007, Sebastião Cunha não tinha noção de que trabalhava em condições ilegais. Foi então que os fiscais o encontraram, pela primeira vez, submetido a um regime análogo ao de escravidão. Estava magérrimo, passava fome, tinha febre. Em duas outras oportunidades ele seria flagrado nessa situação desumana. Ele não é exceção: a reincidência atinge algo em torno de 60% das vítimas da escravização. Mesmo nos dias atuais, com plena ciência do contexto geral do problema, Sebastião Cunha admite que voltaria a se entregar àquela situação degradante, pois se julga como que acorrentado a um destino cruel e incontornável.

“Todos os dias, pela manhã, bem cedo, minha filha de 6 anos me acorda e me pede pão”, relatou ele. “Como é que vou dizer a ela que não tenho dinheiro para comprar pão? Então tenho de aceitar qualquer coisa, mesmo que caia novamente na escravidão, para poder garantir o pão da minha filha, para garantir o pão na nossa mesa”, diz. Em Monção, mais da metade da população vive na linha de pobreza (renda inferior a 140 reais por mês), 31% estão em condições consideradas pela ONU como de extrema miséria e 64% não têm ocupação formal.

VEJA visitou, no Maranhão e no Piauí, meia centena de indivíduos que, como os Cunha, foram retirados pela Justiça de trabalhos degradantes (leia depoimentos ao longo desta reportagem). Setenta e cinco por cento dos trabalhadores em regime semelhante ao de escravidão atuam no setor agropecuário (veja na pág. ao lado o perfil dos escravizados), mas a reportagem

“Mesmo apanhando, continuava grato por ao menos conseguir me alimentar”

Sebastião Cunha, maranhense, de 48 anos, de Monção (MA), foi resgatado três vezes pelos fiscais de fazendas do interior do estado — em uma delas ao lado do filho, Geovane Cunha, de 25 anos. Ele conta que nunca recusou oportunidades de trabalho em condições degradantes, mesmo depois de ser informado sobre o que é trabalho escravo. Diz que não haveria outra forma de sobreviver. Já o filho, liberto de uma fazenda em 2010, afirma que nunca mais cairá na armadilha. Seu sonho é tirar a habilitação e virar motorista.

flagrou também escravizados urbanos, no coração de São Paulo (leia na pág. 87). Vítimas de um mesmo e terrível crime, no campo e na cidade, os personagens que aparecem neste texto compõem um retrato intolerável.

A arregimentação de trabalhadores escravos segue idêntica à que existia em 1995, quando o governo FHC iniciou o ataque a essa prática. Um recrutador, chamado de “gato”, chega à região-alvo com a promessa de uma boa oportunidade de emprego. Nor-

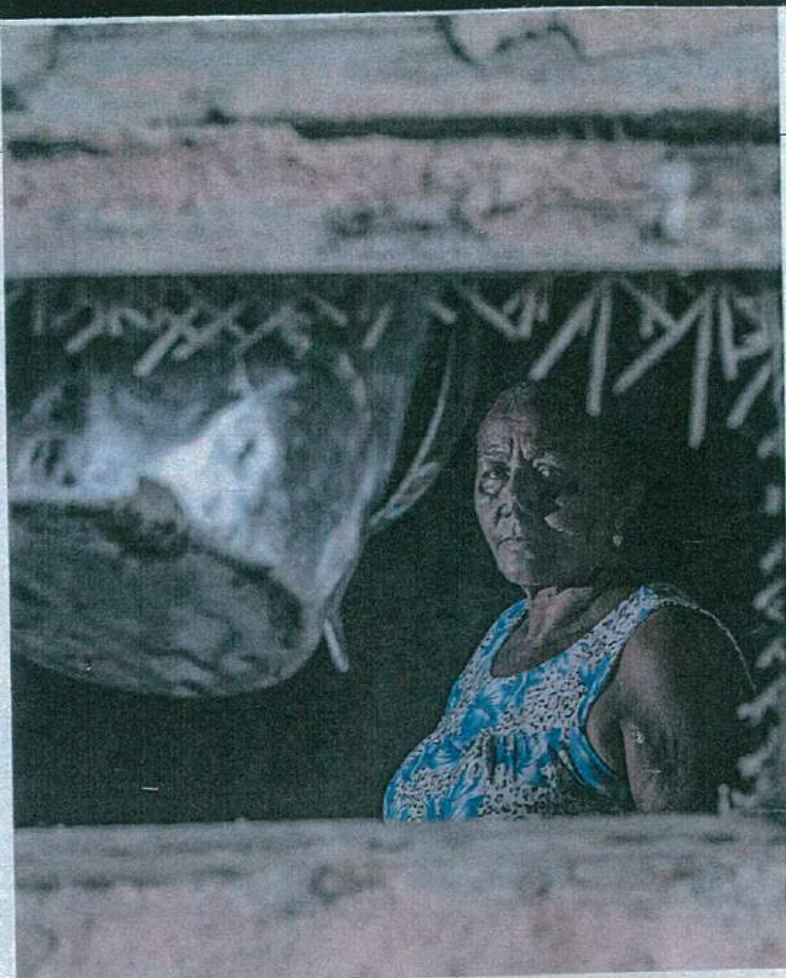
malmente, o patrão paga os custos da viagem até o local de trabalho, e esse valor acaba por se tornar a primeira de muitas dívidas que o empregado acumulará. Quando ele chega à fazenda onde vai trabalhar, a comida e as ferramentas também passam a ser cobradas — e o desconto é feito do salário. Em pouco tempo, ele deve mais do que recebe, num processo que o põe inteiramente nas mãos do patrão.

A rotina típica desses trabalhadores é, por si só, abominável. Eles saem



JOHNE ROZIZ

para a labuta, nas primeiras luzes do dia, com apenas um café puro no estômago. No almoço, perto do meio-dia, comem arroz, feijão, farinha e alguma proteína, em quantidade mínima. No fim da jornada, vão dormir em um barracão coberto somente por uma lona. Não há camas; só redes, no meio das quais é comum ver suínos passeando. Muitas vezes, a única água disponível é a de córregos — em que os animais se lançam para matar a sede e quase sempre urinam e defecam. Se a imagem que veio à sua mente foi a de uma senzala, saiba que não há exagero — as senzalas, em algumas casas-grandes, eram um pouco melhores. Ainda assim, uma fazenda do Maranhão denunciada em 2017 por manter uma “senzala contemporânea” conseguiu se ver livre das punições porque as autoridades não chegaram a tempo de fazer o flagrante — reflexo da dificuldade de deslocamento dos fiscais.



“Os trabalhadores reclamavam da comida. Mas o que eu cozinhava para eles eu preparava para os meus filhos”

Vicentina da Conceição, piauiense, de 62 anos, moradora de Barras (PI), foi cozinheira da Fazenda Brasil Verde (PA), alvo de uma fiscalização em 2000 que culminou, em 2016, na condenação do Brasil pela OEA, a primeira da história por trabalho escravo (muita de 4 milhões de dólares). Ela lembra que carne vermelha, quando havia, era regulada, e os trabalhadores se queixavam. Vicentina chegou à fazenda em 2000, junto com o marido, o filho, então com 17 anos, e a filha, de 10. Depois da operação que flagrou as irregularidades da fazenda, decidiu mudar de vida. Virou faxineira.

programa Minha Casa, Minha Vida. Com 37 novos empregadores, agora a lista tem 165 patrões responsáveis por manter 2.264 trabalhadores em condições análogas às de escravidão.

A medida de 16 de outubro de 2017 tinha o propósito de socorrer o presidente Temer, que tentava obter no Congresso votos para o arquivamento da segunda denúncia contra ele por obstrução da Justiça e organi-

zação criminosa. O assunto virou moeda de negociação com a bancada ruralista da Câmara, cujos integrantes representam proprietários rurais. A pressa em resolver sua emergência política levou o Executivo a atropelar projetos de lei estacionados no Congresso com o mesmo objetivo de mudar o conceito de trabalho escravo — um deles, o PLS 432/2013, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR),

SUPERPROMOÇÃO

Informações confiáveis, preço acessível.

A partir de **R\$ 10,00** /mês

E ganhe até 1 ano a mais de assinatura.



Revista dos Vegetarianos
Impressa
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 14,90
2 anos
Grátis: 1 ano de assinatura
12x R\$ 29,80



Pesca Esportiva
Impressa + revista digital
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 10,07



Pais&Filhos
Impressa + revista digital
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 24,50
2 anos
Grátis: 1 ano de assinatura
12x R\$ 49,00



Coquetel - Pacote Médio
Impressa
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 19,60



VEJA - Impressa + revista digital + site

veja 50 ANOS

HÁ 50 ANOS O BRASIL SE VÊ EM VEJA

Ganhe novos pontos de vista.

Assine VEJA multiplataforma. Leia quando, como e onde quiser.

Mais do que contar os fatos, VEJA participa da história do país, trazendo todos os assuntos que são prioritários na sua vida, contextualizados para você entender o momento, formar sua própria opinião e ampliar seus pontos de vista sobre tudo. Com VEJA multiplataforma você tem todo o conteúdo à disposição na revista impressa, na versão digital, no tablet, no smartphone e também no site.

1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 77,31

1 ano
Com 63% de desconto
10x R\$ 61,90

Ligue **3347-2107** Grande São Paulo | **0800 775 0062** Demais localidades.

De 2ª a 6ª das 9h às 22h.

Ou acesse **www.assineabril.com.br/pic** e confira outras ofertas.

Importante: este código garante sua oferta.

109H5

Validade: 3/6/18

SUPERPROMOÇÃO

Assine uma revista impressa + digital

a partir de **R\$ 10,00** /mês

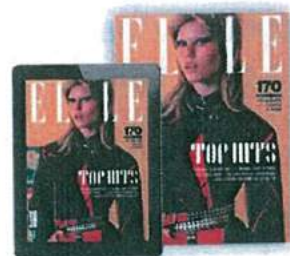
e ganhe até 1 ano a mais de assinatura.



Veja
Impressa + revista digital + site
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 77,31
Ou
1 ano
63% de desconto
10x R\$ 61,90



Exame
Impressa + revista digital + site + App Exame
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 58,08
Ou
1 ano
56% de desconto
10x R\$ 45,25



Elle
Impressa + revista digital
1 ano
Grátis: 6 meses de assinatura
12x R\$ 20,00
2 anos
Grátis: 1 ano de assinatura
12x R\$ 40,00



LEIA QUANDO E ONDE QUISER.

LIGUE E CONSULTE OUTRAS OFERTAS: **3347-2107** Grande São Paulo

0800 775 0062 Demais localidades. De 2ª a 6ª, das 8h às 22h.

OU ACESSE **assineabril.com.br/pic**

Importante: este código garante sua oferta.
109H5
Validade: 8/6/18

Abril
assinaturas
Muito além da leitura

REVISTA	VIGÊNCIA	GANHE MESES A MAIS	PARCELAS Cartão de crédito
Boa Forma Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 15,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 30,00
Casa Claudia Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 18,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 36,00
Claudia Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 17,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 34,00
Coquetel - Pacote Médio Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 19,60
Coquetel - Caça-Palavras Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 16,00
Dossiê Super Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 17,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 34,00
Fotografe Melhor Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 19,90
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 39,80
Harper's Bazaar Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 16,66
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 33,33
Minha Casa Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 10,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 20,00
Mundo Estranho Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 17,50
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 35,00
Natureza Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 19,90
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 39,80
Náutica Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 42,05
Pais&Filhos Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 24,50
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 49,00
Pense Leve Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 20,15
Pesca Esportiva Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 10,07
Piauí Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 26,40
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 52,80
Quatro Rodas Impressa + revista digital + site	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 20,26
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 40,52
Saúde Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 15,83
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 32,50
Superinteressante Impressa + revista digital + site	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 21,42
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 42,84
Versatille Impressa	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 15,16
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 30,33
Viagem e Turismo Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 18,41
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 36,83
Vip Impressa + revista digital	1 ano	+ 6 meses	12x R\$ 16,00
	2 anos	+ 12 meses	12x R\$ 32,00



FOTOS: JONNE ROHRZ

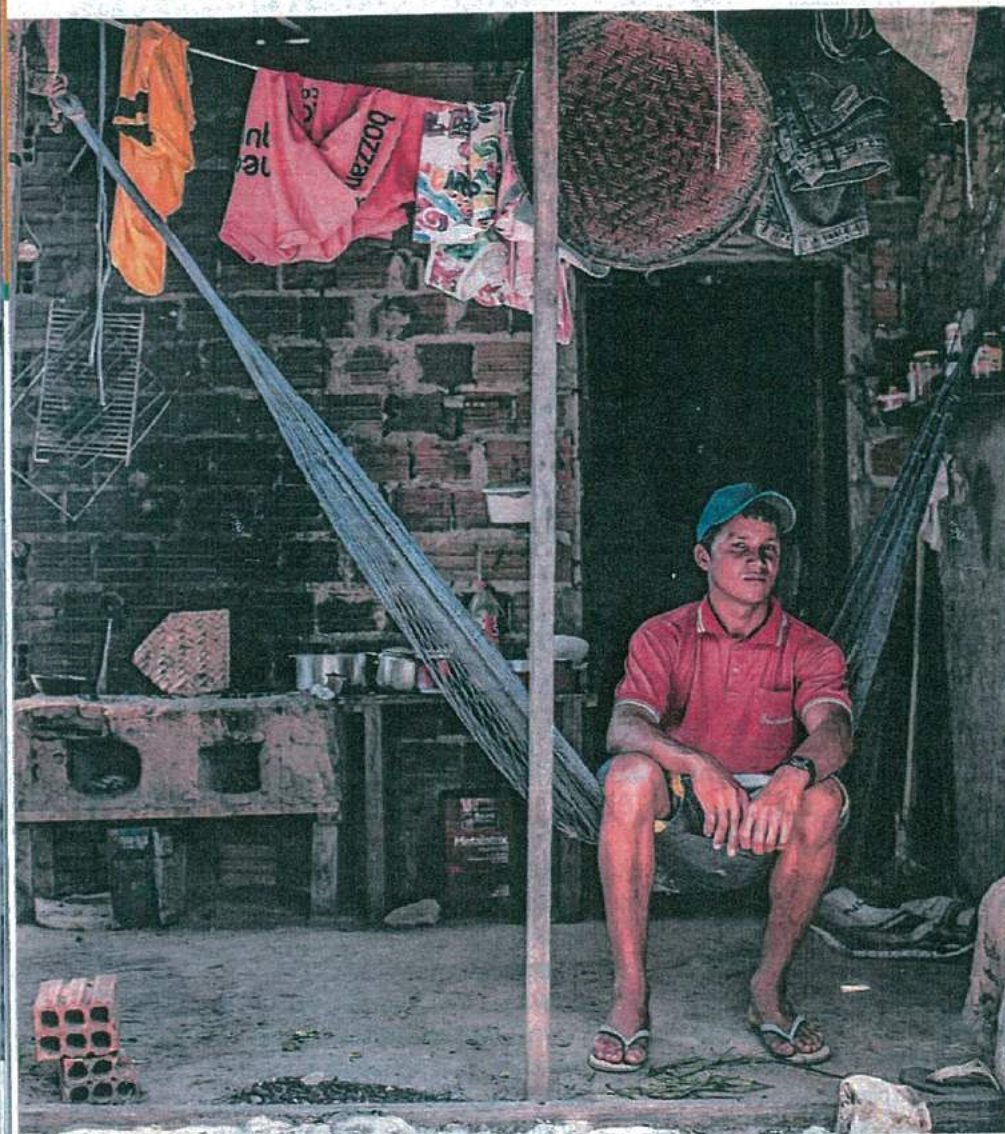
“Levei muitos pontapés e também coronhadas no peito. Até hoje eu ainda sinto as dores dessas pancadas”

José Francisco de Souza, piauiense, de 46 anos, morador de Barras (PI), autor da denúncia que levou à fiscalização da Fazenda Brasil Verde (PA), em 2000. Na plantação, com febre, pediu tratamento. Minutos depois, ele e um colega, que estava com dor de dente, foram levados a pontapés até a casa-sede. Apanharam mais e receberam ameaças de morte, caso se recusassem a trabalhar. A dupla conseguiu fugir. Souza, mesmo com um defeito na perna direita, e o amigo caminharam por três dias, até Marabá, onde fizeram a denúncia contra a fazenda.

ex-ministro do Planejamento de Temer. O alívio do governo durou pouco: em 24 de outubro, a ministra Rosa Weber, do STF, suspendeu a portaria casuística por considerar que ela vulnerabilizava “princípios basilares da Constituição”. A suspensão e as pressões que o governo teve de enfrentar acabariam levando-o a ceder — ele publicou em dezembro uma nova portaria, que recolocava as coisas nos devidos eixos.

“O Brasil era uma referência nessa área, e podemos continuar a ser”, disse a VEJA a ex-secretária de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos Flávia Piovesan. Jurista e procuradora do Estado de São Paulo, ela foi escolhida para o cargo em maio de 2016. Ao assumir a pasta, tinha a intenção de convencer o chefe do Executivo a investir na área, incluindo nisso a fiscalização contra a propaga-

ção do trabalho escravo. Entretanto, no tempo que passou no posto, Flávia só viu acontecer o contrário. Em agosto passado, por exemplo, em uma reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) na qual VEJA esteve presente, representantes dos empregadores defendiam o afrouxamento da lei antiescravidão com a justificativa de que os fiscais seriam tendenciosos, puniriam os fazendeiros sem razão explícita e classificariam como “escravidão” o que na verdade não passava de trabalho duro. No entanto, os porta-vozes da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação da Agricultura e Pecuária não souberam apontar um único caso que exemplificasse a suposta parcialidade dos agentes de fiscalização. Flávia Piovesan esteve presente no encontro, assim como a então ministra dos Direitos Humanos, Luíslinda Valois (PSDB-BA), que, meses mais tarde, deixou a pasta.



“O pior foi ouvir do chefe que os porcos eram mais limpos do que nós. Tomava banho depois deles, na mesma água”

José Maria de Souza, maranhense, de 28 anos, morador de Pindaré-Mirim (MA), trabalhou escravizado em fazendas do interior de seu estado. Ainda na infância, ele conheceu o recrutador — o “gato” —, que o iludia com falsas promessas de um emprego digno. Quando completou 16 anos, foi aliciado. Em 2010, uma batida de fiscalização o resgatou da fazenda onde estava alojado trabalhando como escravo. Lá era obrigado a se alimentar com sardinha e carne vencida. Após o resgate, chegou a ser procurado, diversas vezes, pelo “gato”; o homem queria que ele entregasse quem fizera a denúncia contra o antigo patrão.

A ofensiva contra Luislinda ocorreu em novembro, depois que ela disse estar trabalhando como “uma escrava”, pois não podia receber um adicional de 30 471 reais sobre seu salário de 30 934 reais, uma vez que isso a faria ultrapassar o teto do funcionalismo público. Ao contrário da condição de Luislinda Valois, os casos reais de escravidão no Brasil do século XXI são de pobreza extrema — o que só amplia a gravidade do problema.

Ao deixar o governo, Flávia Piovesan passou a integrar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ao comentar a atual dificuldade de reprimir o trabalho escravo no Brasil, ela é taxativa: “Quando se fala de escravidão, não há espaço para juízo de ponderação. É indiscutível do que se trata e, mais ainda, que é preciso combatê-la”.

No início de 2000, uma dupla de trabalhadores brasileiros viveu uma dessas experiências que, tal como aponta Flávia Piovesan, não deixam espaço para juízo de ponderação. Tudo começou em março daquele ano, quando José Francisco Furtado de Souza, o Zé Pitanga, e um colega fugiram da Fazenda Brasil Verde, no Pará. Naquela época, o proprietário da terra era João Luis Quagliato Neto. Seu funcionário que atuava como “gato” prometera às suas vítimas uma função na qual pagaria 10 reais por linha de alqueire transformada em pasto. Para os trabalhadores rurais isso significa um bom dinheiro. Contudo, depois de deixarem as cidades de Barras e Porto (PI), onde viviam, já devendo os custos da viagem, Zé Pitanga e o amigo viram ser descontados do salário os valores das ferramentas que utilizavam e da comida que consumiam. Depois de um mês e meio desdobrando-se em péssimas condições, e ardendo em febre, Zé Pitanga, que tem um defeito na perna direita, disse aos chefes que não trabalharia doente. Foi surrado e ameaçado de morte. Diante disso, ele e o colega de-



DO LUXO AO LIXO

Em bairros nobres de São Paulo, como o das Perdizes, famílias de alto poder aquisitivo mantiveram domésticas filipinas em condições análogas às de escravidão (acima). Em feito inédito na capital paulista, a Superintendência Regional do Trabalho e a Defensoria Pública da União revelaram o caso depois que uma das mulheres fugiu do quarto onde era subjugada, em um condomínio de luxo, e fez a denúncia às autoridades. Uma das trabalhadoras, que pediu para não ser identificada, contou que fingia preparar mais comida para o cachorro da casa a fim de poder ter “uma refeição melhor”. A maior metrópole do país também concentra 12 000 oficinas ilegais de costura que abastecem marcas da moda no Bom Retiro e no Brás. Quase sempre são imigrantes que trabalham nelas — sem a documentação em dia (à esq.).

cidiram fugir. Andaram três dias até chegar à cidade mais próxima e denunciaram a fazenda às autoridades.

Desde 1988, bem antes, portanto, da fuga desses trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez várias denúncias contra a Brasil Verde, que culminaram em sucessivas fiscalizações em 1989, 1992 e 2000. Em razão da incompetência do Estado para prevenir a repetição do aliciamento, a CPT e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional enviaram, em 1998, uma petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA. Em 2016, dezesseis anos após o último resgate na Brasil Verde, o Estado foi condenado por negligência. A indenização a 128 trabalhadores ultrapassou o valor de

4 milhões de dólares. O Brasil, que foi o último país das Américas a abolir a escravidão negra, tornou-se o primeiro a ser condenado pela OEA por trabalho escravo.

Para o antropólogo americano Kevin Bales, autor de cinco livros sobre a escravização contemporânea e cofundador da ONG Free the Slaves (Liberte os Escravos), o Brasil perdeu o rumo que já teve nessa frente. “Quando pessoas de outros países me perguntavam o que elas deveriam fazer para combater a escravidão, eu dizia para seguirem o exemplo do Brasil. O que o país fez nos anos de 1990 a 2000 foi espetacular”, avaliou ele. “As atuais barreiras políticas devem ser superadas para que o governo possa voltar a acertar nesse terreno.”

Segundo a ONU, em todo o mundo os lucros obtidos com os cerca de 30 milhões de trabalhadores escravos chegam a 150,2 bilhões de dólares ao ano. O dado chama atenção — afinal, no passado, a escravidão exigia alto investimento e tinha baixo retorno; hoje em dia, é o oposto. Com a evolução tecnológica, os custos operacionais ficaram mais baixos. Antigamente, o trabalho escravo oferecia algo entre 15% e 20% de retorno anual. Hoje, esse número fica dentro de uma margem que vai de 300% a 500%. Sob essa lógica perversa, a escravização vale a pena. Não é de estranhar, portanto, que a resistência a combatê-la seja tão grande. Mesmo que isso signifique ter no país milhares de biografias devolvidas a um passado vergonhoso. ■